

TCE julga processo de licitação da subconcessão da Agespisa

MAIS INFORMAÇÕES



TV Clube. Piauí TV 1ª Edição. 09/03/17. Link com vídeo:

<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-1edicao/videos/t/edicoes/v/tce-julga-processo-de-licitacao-da-subconcessao-da-agespisa/5711554/>



Tribunal de Contas do Estado decide sobre subconcessão da Agespisa

MAIS INFORMAÇÕES



Bom Dia Piauí. 09/03/17. Link com vídeo:

<http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/tribunal-de-contas-do-estado-decide-sobre-subconcessao-da-agespisa/5710634/>



TCE-PI acompanha situação de 80% das prefeituras em débito com o Fundo de Previdência

MAIS INFORMAÇÕES



Bom Dia Piauí. 09/03/17. Link com vídeo:

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/bom-dia-piaui/videos/t/edicoes/v/tce-pi-acompanha-situacao-de-80-das-prefeituras-em-debito-com-o-fundo-de-previdencia/5710620/>



AUMENTO SUSPENSO

A conselheira do Tribunal de Contas do Estado, Waltânia Alvarenga, recebeu denúncia formulada pela atual prefeita de Jerumenha, Aldara Rocha Leal (PR), contra o ex-gestor Antônio Benvidio, no que tange a aprovação de lei municipal no final do mês de dezembro, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos profissionais de saúde do município. A matéria que disciplina a estrutura, tal como progressão salarial, demandaria aumento de despesas na cidade. Assim, a representante da Corte de Contas proferiu o voto pela suspensão cautelar dos efeitos da lei municipal, até que a inconstitucionalidade da matéria seja apreciada no Plenário. Jerumenha já havia ultrapassado o limite de gastos com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo quadrimestre do ano passado. Os gastos com pessoal somavam 61,82% da arrecadação do município. É mais uma gestora que terá que suspender pagamentos da gestão anterior em virtude da falta de dinheiro em caixa. A Justiça precisa punir esses ex-gestores, inclusive cassando os direitos políticos, para que essa prática não vire rotina no Piauí.

Coluna Opinião – Página 4

EM VOTAÇÃO

TCE adia julgamento da subconcessão da Agespisa

EFRÉM RIBEIRO

DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí decidiu adiar a votação do recurso apresentado pela empresa Água do Brasil contra o resultado da licitação dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos hoje executados pela Agespisa, vencida pela empresa Aegea Saneamento.

O relator do processo, conselheiro Kennedy Barros, os conselheiros Waltânia Alvarenga, Lillian Martins e Jailson Campelo votaram que seja mantida a licitação, mas que sejam reabertas as propostas comerciais das três empresas

que participaram do certame. Waltânia defende, no entanto, que além da abertura das propostas comerciais, também sejam abertas as propostas técnicas. Jailson votou pela improcedência da denúncia apresentada pela empresa Águas do Brasil, que ficou em segundo lugar na licitação.

O TCE não chegou a uma conclusão porque o conselheiro Luciano Nunes decidiu pedir vista do processo para analisar, porque tem dúvidas sobre alguns pontos. Kennedy Braga disse que Luciano Nunes tem duas semanas ainda para analisar e dar seu voto.

Luciano afirmou que tem

duas semanas para dar seu voto, mas pode pedir novas diligências, o que aumentaria o prazo para dar seu voto.

O processo, que julgou denúncia da empresa Saneamento Ambiental Águas do Brasil (Saab) de supostas irregularidades no processo licitatório, foi apreciado na sessão plenária do TCE-PI, com a apresentação do relatório do relator, conselheiro Kennedy Barros, e discussão da matéria entre as partes.

O conselheiro-relator acompanhou integralmente o Ministério Público de Contas e votou pela apresentação de nova proposta de preços.

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

PEDIDO DE VISTAS

TCE adia decisão sobre licitação da subconcessão da Agespisa

O conselheiro Luciano Nunes pediu vistas e tem 15 dias para rerepresentar o processo

sentou o relatório para a discussão da matéria.

O conselheiro acolheu parcialmente as reclamações da empresa e votou pela apresentação de novas propostas de preços, validando a proposta técnica. Ele seguiu o parecer do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente Neto, que recomendou a procedência parcial da denúncia e a reabertura da licitação na fase da proposta comercial, dando prazo de três dias para as concorrentes apresentarem novas propostas de preços.

O conselheiro Jaylson Campelo votou com o relator, sem restrição. A conselheira Lílian Martins também acompanhou o voto do relator, e propôs anular as certidões de capacidade técnica das empresas concorrentes, dada as divergências levantadas sobre a validade dos índices de perdas constantes das propostas. Ela foi seguida pela conselheira Waltânia Alvarenga e pelo conselheiro Abelardo Vilanova.

O conselheiro Luciano Nunes pediu vistas do processo. Ele tem 15 dias, ou duas sessões plenárias,

para recolocar o processo em pauta e proferir seu voto. A licitação prevê a contratação de empresa para executar os serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de

Teresina, hoje de responsabilidade da Agespisa.

A subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão na universalização dos serviços de água e esgotos na capital. O processo foi

parar no TCE-PI por conta de denúncia de supostas irregularidades feitas pela Águas do Brasil, depois que o Governo anunciou a Aegea Saneamento como vencedora da concorrência.

Foto: Gabriel Torres



A decisão sobre a subconcessão ficou para daqui a 15 dias

Sindicatos querem suspensão da licitação

Os sindicatos dos Engenheiros do Piauí e dos Urbanitários participaram na sessão do TCE-PI conduzida pelo presidente, conselheiro Olavo Rebelo, e pediram a suspensão da sessão e o adiamento do julgamento do processo, mas o pedido foi negado.

A sessão contou com

participação de representantes do Governo do Estado, advogados das empresas concorrentes e representantes dos sindicatos dos Engenheiros do Piauí (Senge-PI) e dos Urbanitários, que representam os servidores da Agespisa.

Todos puderam se manifestar. Antes de iniciar a discussão, o plenário do

TCE-PI rejeitou dois pedidos de suspensão da sessão e adiamento do julgamento. O primeiro do Sindicato dos Engenheiros, questionando a legitimidade do Governo para realizar a licitação. E o segundo da Águas do Brasil, que alegou a ausência de um advogado da empresa.

Um pedido de vistas do conselheiro Luciano Nunes adiou o resultado do julgamento no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) do processo de subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. O TCE julgou ontem (9) a denúncia da empresa Saneamento Ambiental Águas do Brasil (Saab) de supostas irregularidades no processo licitatório. O conselheiro Kennedy Barros apre-

SUBCONCESSÃO DA AGESPISA

Pedido de vistas adia final de julgamento, mas conselheiros votam pela reabertura

TCE embaraça julgamento e pedido de vistas adia julgamento em 15 dias

João Magalhães, Ithara Borges, Nayara Felizardo
Repórteres

Em sessão que durou mais de 5 horas no Plenário do Tribunal de Contas do Estado, durante essa quinta-feira (09), os conselheiros discutiram a legalidade do processo licitatório para subconcessão dos serviços da Agespisa na zona urbana de Teresina. Em meio ao julgamento, o conselheiro Luciano Nunes pediu vistas e a corte voltará a se reunir em 15 dias para julgar o processo. No entanto, o entendimento da maioria dos conselheiros que votaram defende a anu-

lação dos atestados técnicos das empresas e foca a licitação apenas na parte comercial.

O pedido de vistas de Luciano Nunes foi embasado pela complexidade do julgamento, que envolve as partes técnica e jurídica do processo licitatório. "O parecer técnico é muito contundente, possui ponderações irrefutáveis. Eu criei uma convicção, mas depois vi um parecer técnico elaborado por auditores, engenheiros, visando a economicidade, o bem estar. Julgar o processo levando em conta apenas o jurídico é complicado", pontuou Nunes.

Até o pedido de vista ser anunciado formalmente, cinco conselheiros votaram. Além do relator, Kennedy Barros, votaram Lilian Martins, Abelardo Vilanova, Waltânia Alvarenga e Jaylson Campelo.

O relator da proposta, Kennedy Barros, acompanhou o parecer do Ministério Público de Contas e defendeu a reabertura do prazo para apresentação das etapas comerciais.

Na parte técnica do processo, ele argumentou que houve prazo previsto para apresentar impugnação ao edital, mas ninguém impugnou. "No momento em que você adentra a proposta técnica, você tá fazendo juízo subjetivo ao que está no edital. Sigo a manifestação do Ministério Público de Contas retornando a licitação às propostas comerciais", pontuou o conselheiro, argumentando que o edital tem que ser seguido de forma integral. "Houve tempo para impugnar o edital, mas ninguém impugnou", completa.

O conselheiro Jaylson Campelo votou pela improcedência total da denúncia de irregularidade apresentada pela empresa Águas do Brasil. A empresa ficou em segundo lugar denuncia suposto favorecimento à Aegea Saneamento, primeira colocada na licitação.

O entendimento maioritário na corte de contas é o de anular os critérios técnicos e considerar apenas os critérios



Moira Alvez/OBIA

Votação do processo de subconcessão durou mais de cinco horas. Luciano Nunes pediu vistas.

comerciais para análise do resultado da licitação. O entendimento foi aberto pela conselheira Lilian Martins, que teve o voto acompanhado pelos conselheiros Abelardo Vilanova e Waltânia Alvarenga.

Apesar de no voto considerar as análises técnicas, eles

votaram pela anulação dos atestados apresentados pelas empresas, o que na prática acabam anulando a nota das empresas na parte técnica. Além disso, os três conselheiros votaram pela reabertura das propostas comerciais.

No entendimento de Kennedy Barros, o voto dos três

conselheiros transforma a licitação apenas em um leilão. "Se seguirmos o entendimento dos colegas, o critério que norteou a nota técnica deve desconsiderar as certidões, ou seja, igualar todos em condições de apresentar propostas comerciais", explica Barros.

Governo teme que entendimento dos conselheiros amplie divergências na licitação

João Magalhães
Repórter

O secretário de Administração, Franzé Silva, demonstrou preocupação com as consequências do voto dos conselheiros Lilian Martins, Waltânia Alvarenga e Aberlardo Vilanova no processo que julga a legalidade da licitação da subconcessão dos serviços da Agespisa. Para o secretário, o voto abre um leque de questionamentos e pode fazer com que empresas desclassificadas na parte técnica reivindiquem o direito de participar da reabertura das propostas comerciais.

"Uma empresa pode alegar que foi prejudicada num item do critério técnico, já que ele foi anulado. Vamos ter edital fatiado. Vamos ter um precedente muito perigoso e na próxima sessão, o nosso procurador geral do Estado vai questionar esse ponto", disse Franzé Silva, acrescentando que ferir o edital pode abrir várias possibilidades de interpretação.

O Governo tem pressa na



Moura Alves/ODIA

Secretários do Governo do Estado e Prefeitura acompanharam processo de votação no TCE

conclusão do julgamento. O interesse do Governo é conhecer a empresa que vai vencer o processo licitatório e ser responsável pelos serviços de abastecimento de água e saneamento básico na zona urbana de Teresina. Tanto o governador Wellington Dias (PT) quanto o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), enfrentam pressões da sociedade pela má quali-

dade dos serviços prestados atualmente na capital.

O secretário de Administração falou ainda que o entendimento do relator do processo no TCE, Kennedy Barros, que acompanha o parecer do Ministério Público de Contas, no sentido de reabrir apenas as propostas comerciais, não fere o edital. "Apesar do governo não concordar com isso, mas ela não fere o edital.

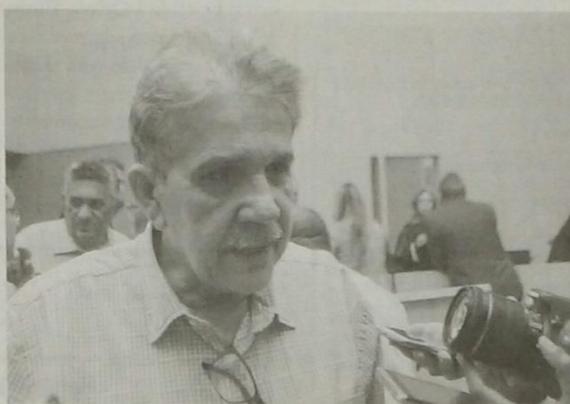
Mas esse voto dos conselheiros em anular os atestados fere", cita o gestor.

O núcleo forte de secretários do governador foi ao Tribunal de Contas para acompanhar a votação. Entre os presentes estavam Merlong Solano, secretário de Governo, Rafael Fonteles, da Fazenda, Antônio Neto do Planejamento, além do próprio Franzé.

Sindicato dos Engenheiros diz que processo é inconstitucional

Durante o julgamento no Tribunal de Contas do Estado, a corte rejeitou pedido de adiamento da sessão solicitado pelo conselheiro Jackson Veras. Ele argumentava que recebeu denúncia do Sindicato dos Engenheiros apontando que a licitação infringe leis municipais, estaduais e decisões do Supremo Tribunal Federal. Para o presidente do Singe, Florentino Neto, a Agespisa é quem deveria realizar a licitação, já que a empresa é quem possui a concessão para explorar os serviços na capital.

O TCE não aceitou o pedido porque o prazo para análise da denúncia foi curto e o relator não teve tempo para preparar o pedido formal, com justificativas plausíveis. "Achávamos



Moura Alves/ODIA

Sindicato dos Engenheiros entrou com ação tentando barrar

que o Tribunal, em face das outras denúncias, ia analisar todo o procedimento licitatório desde o começo", lamentou o presidente do sindicato dos engenheiros.

Para o Sindicato, Teresina não é mais a detentora total

da titularidade do saneamento, porque faz parte de uma região metropolitana de serviços públicos e por isso, todos os municípios da região teriam que autorizar a licitação. "Assim, como a autorização municipal de subconcessão dos

serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Teresina não foi analisada previamente pelo Conselho de Desenvolvimento da Microrregião de Teresina, a subconcessão não poderia ocorrer baseada apenas numa lei autorizativa da Prefeitura de Teresina. Todos os municípios deveriam ter autorizado", afirmou o engenheiro.

(Ithyara Borges, João Magalhães, Nayara Felizardo)

TCE não acatou tese do Sindicato porque prazo para análise foi curto

Águas do Brasil diz que busca tratamento igual e Aegea afirma ter capacidade operacional

A defesa da empresa Águas do Brasil, responsável pela denúncia no Tribunal de Contas do Estado, também chegou a pedir adiamento do julgamento. Entre os argumentos, a empresa alegava que teve pouco tempo para se preparar para a sessão, já que o Ministério Público de Contas apresentou parecer sobre o caso dia 02 de março.

Além disso, com o adiamento, a empresa traria um advogado especialista em processos dessa natureza para defender os interesses da empresa. O Tribunal de Contas do Estado indeferiu o pedido. A empresa afirmou que o processo passou três meses na diretoria técnica do TCE e apenas um mês no Ministério Público de Contas

“Para a Águas do Brasil, não houve valoração de pontos para os atestados e para as outras duas concorrentes deram nota máxima para atestados que são inválidos, que não representam nem 1% da capacidade de Teresina. Então se não há capacidade técnica, não

pode haver contratação. O que queremos é tratamento igual”, pontuou o advogado da Águas do Brasil, Silvio Moura Fe.

Já a defesa da Aegea, rebateu as afirmações de que a empresa apresentou um atestado comprovando experiência numa cidade de apenas quatro mil habitantes. “Não temos dúvidas da capacidade operacional da empresa. Ela opera em 47 municípios do país, oferecendo serviços públicos em algumas delas, com mais de 400 mil habitantes. O edital exige uma capacidade operacional de no mínimo 245 mil habitantes”, rebate a Aegea.

(João Magalhães e Ithyara Borges)

Para a Águas do Brasil, demais empresas não comprovaram capacidade técnica para operar sistema



Defesa da Águas do Brasil tentou adiar julgamento desta quinta

Subconcessão: final eletrizante

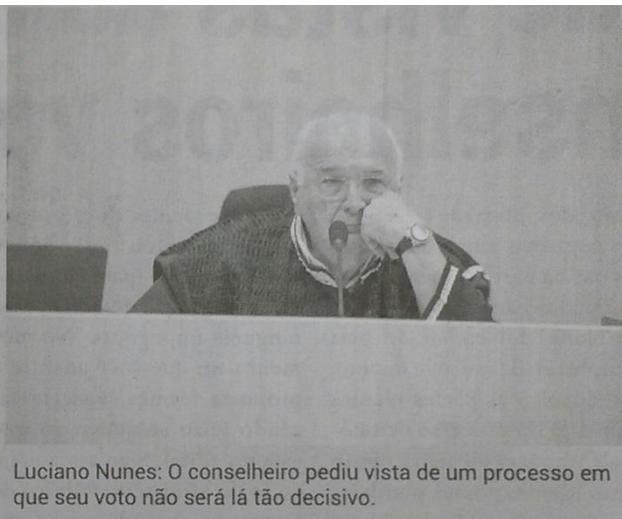
O desfecho da análise do processo licitatório da subconcessão dos serviços de água e saneamento em Teresina deverá ser o de uma nova oferta comercial, mas com possibilidade de mudança no resultado que até aqui favorece a empresa Aegea Saneamento, que venceu num critério técnico contestado pelos demais concorrentes. O critério é o atestado de competência técnica da companhia para operar sistemas de abastecimento e saneamento. O atestado refere-se a uma cidade mato-grossense de Santa Carmen, com 4,3 mil moradores. O voto do relator, conselheiro Kennedy Barros foi do tipo um no prego outro na ferradura: mantém o atestado técnico que favorece a empresa Aegea, mas propõe nova proposta comercial. Os conselheiros Lilian Martins, Walthania Alvarenga e Abelardo Pio Vilanova votaram pela anulação do atestado técnico de Santa Marta e pela apresentação de nova proposta comercial pelos concorrentes, ou seja, seguiram parcialmente o voto do relator Kennedy Barros. O conselheiro substituto Jailson Campelo foi para seguir com a licitação, desconsiderando qualquer alteração – é, portanto, voto vencido. Neste cenário, independentemente do voto de Luciano Nunes, que pediu vista, o placar aponta para um desfecho que poderá tirar da Aegea a vitória na subconcessão. Isso porque, esta empresa venceu no critério técnico, com uma proposta comercial R\$ 25 milhões menor que a segunda colocada. Caso Luciano Nunes vote, conforme anunciou, com os três conselheiros, o placar será de 4 a 1 e a licitação terá um capítulo final eletrizante.

Vago

O pedido de vistas de Luciano Nunes no caso da subconcessão da Agespisa é um tanto quanto vago, embora haja quem diga que se deu por vaga.

Darling

Impressionante a intimidade dos advogados da empresa Aegea, até aqui a vencedora da licitação da subconcessão, com secretários de Estado presentes na sessão do TCE para analisar o processo. Deu na vista demais aquela troca de olhares e sorrisos.



Luciano Nunes: O conselheiro pediu vista de um processo em que seu voto não será lá tão decisivo.

formava que após 34 meses, cais. A demissão de pessoa

Pedido de vistas adia julgamento de subconcessão da Agespisa no TCE

09/03/17, 10:40



Atualizada às 14h57

O conselheiro Luciano Nunes terá 15 dias para dar retorno sobre o pedido de vistas. Cinco conselheiros votaram e seguiram em parte o entendimento do relator, que já havia decidido que as empresas deveriam apresentar uma nova proposta comercial. A diferença é que a conselheira Lilian Martins votou seguindo o relator, mas opinando pela retirada do relatório de perdas da avaliação técnica, ela foi seguida pelos conselheiros Waltânia Alvarênga e Abelardo Vilanova. E Jaylson Campelo que votou pela improcedência total da ação.

Atualizada às 14h25

Apesar do pedido de vistas, o relator do processo conselheiros Kennedy Barros acatou em parte o relatório do Ministério Público votou determinando que seja feita uma nova proposta comercial.

Ele disse que o governo do Estado errou por não admitir o recurso para a Águas do Brasil. Em sua opinião, era para ser levado para análise do secretário de administração.

As propostas técnicas foram mantidas, mas uma decisão final sobre a subconcessão só deve ser tomada em duas semanas pelo TCE.

O conselheiro Jailson Campelo não acatou a denúncia de uma nova licitação e acompanhou o voto do relator.

Atualizada às 11h30

O conselheiro Luciano Nunes pediu vistas do processo da licitação de subconcessão da Agespisa e assim adia o julgamento pelo pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE). No entanto, as partes interessadas continuam sendo ouvidas pelos conselheiros nesta manhã(09). O adiamento deve ser de pelo menos duas semanas.

Foram ouvidos os técnicos da diretoria de engenharia do TCE que apontou falhas técnicas no edital durante a sessão. Segundo a diretoria, havia falhas tanto no edital, da fase técnica a tomada de preços e nos relatórios das empresas.

A sessão foi suspensa por alguns minutos e retornou para terminar de ouvir as partes. Os advogados Silvio Moura Fé, fala pelas Águas do Brasil e o procurador Plínio Klerton pelo Estado.

O secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, comentou o pedido de vistas. "É importante que a discussão seja detalhada. Quem já esperou esse tempo todo, duas semanas é razoável. Claro que o governo deseja a celeridade, mas entendemos o posicionamento do conselheiro Luciano em querer mais esclarecimentos para seu voto", declarou o gestor do governo.

Matéria original

O julgamento para tratar sobre a subconcessão da Agespisa começou agora pouco, no plenário do Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI). Ao iniciar a sessão, o presidente do TCE-PI, o conselheiro Olavo Rebelo, garantiu que todas as partes poderão se pronunciar – tanto os advogados como sindicalistas.

O relator do processo é o conselheiro Kennedy Barros. Estão presentes os secretários estaduais de Planejamento, Antônio Neto; de Fazenda, Rafael Fonteles; de Administração, Franzé Silva; de Governo, Merlong Solano; e o procurador-geral do Estado, Plínio Clerton.

Também participam do julgamento o advogado que defende a empresa denunciante Águas do Brasil, Silvio Moura Fé; o presidente da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (ARSETE), coronel Edvaldo Marques; o presidente do Sindicato dos Engenheiros, Florentino Filho, e a direção do Sindicato dos Urbanitários.

Ontem (08), o Sindicato dos Engenheiros encaminharam uma denuncia contra o processo de subconcessão para o TCE-PI.

Aguarde mais informações

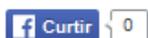
*Flash Ubiracy Saboia
Da Redação Carlienne Carpasso
redacao@cidadeverde.com*

Link: <http://cidadeverde.com/blogdobira/82749/pedido-de-vistas-adia-julgamento-de-subconcessao-da-agespisa-no-tce>

Governo teme que entendimento do TCE amplie divergências na licitação

"Vamos ter edital fatiado. Vamos ter um precedente muito perigoso ", afirmou o secretário de Administração Franzé Silva.

09/03/2017 19:07h



O secretário de Administração, Franzé Silva, demonstrou preocupação com as consequências do voto dos conselheiros Lilian Martins, Waltânia Alvarenga e Aberlardo Vilanova no processo que julga a legalidade da licitação da subconcessão dos serviços da Agespisa. Para o secretário, o voto abre um leque de questionamentos e pode fazer com que empresas desclassificadas na parte técnica reivindiquem o direito de participar da reabertura das propostas comerciais.

"Uma empresa pode alegar que foi prejudicada num item do critério técnico, já que ele foi anulado. Vamos ter edital fatiado. Vamos ter um precedente muito perigoso e na próxima sessão, o nosso procurador geral do Estado vai questionar esse ponto", disse Franzé Silva, acrescentando que ferir o edital pode abrir várias possibilidades de interpretação.

O governo tem pressa na conclusão do julgamento. O interesse do governo é conhecer a empresa que vai vencer o processo licitatório e ser responsável pelos serviços de abastecimento de água e saneamento básico na zona urbana de Teresina. Tanto o governador Wellington Dias (PT) quanto o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), enfrentam pressões da sociedade pela má qualidade dos serviços prestados atualmente na capital.

O secretário de Administração falou ainda que o entendimento do relator do processo no TCE, Kennedy Barros, que acompanha o parecer do Ministério Público de Contas, no sentido de reabrir apenas as propostas comerciais, não fere o edital. "Apesar do governo não concordar com isso, mas ela não fere o edital. Mas esse voto dos conselheiros em anular os atestados fere", cita o gestor.

O núcleo forte de secretários do governador foram ao Tribunal de Contas para acompanhar a votação. Entre os presentes estavam Merlong Solano, secretário de Governo, Rafael Fonteles, da Fazenda, Antônio Neto do Planejamento, além do próprio Franzé.

Por: João Magalhães - Jornal O Dia

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/governo-teme-que-entendimento-do-tce-amplie-divergencias-na-licitacao-294978.html>

Agespisa: Luciano Nunes pede vistas e nova sessão ocorre em duas semanas

Conselheiro Kennedy de Barros, acatou o parecer do Ministério Público de Contas, que considerou o processo de licitação legal, mas recomendou a reabertura da última etapa

09/03/2017 12:23h - Atualizado em 09/03/2017 14:55h



O conselheiro Luciano Nunes ratificou o pedido de vistas que já havia feito antes dos pronunciamentos. Ele chegou a ser contestado pelo presidente do TCE Olavo Rebelo, que informou que Nunes só poderia pedir vistas no momento da votação. Com isso, a decisão do plenário não sairá hoje e uma nova sessão foi remarcada para daqui a duas semanas.

O relator do processo, conselheiro Kennedy de Barros, acatou o parecer do Ministério Público de Contas, que considerou o processo de licitação legal, mas recomendou a reabertura da última etapa, que é a proposta de preço. Ele considerou que houve violação da Lei de Licitações por conta de um recurso da denunciante Água do Brasil, que não foi submetido a apreciação do órgão responsável pelo processo.

A conselheira Lilian Martins votou pela procedência parcial da denúncia e o conselheiro Jailson Campelo julgou a denúncia improcedente.

Atualizada às 14h15

A sessão de hoje (09) no Tribunal de Contas do Estado, que avalia o processo de legalidade da subconcessão da Agespisa, foi marcada por pedidos de adiamento. Nenhum deles foi aceito e o julgamento continua.

O primeiro pedido foi do conselheiro Jackson Veras, que recebeu ontem (08) uma denúncia do Sindicato dos Engenheiros. Segundo Florentino Filho, presidente da entidade, a Agespisa é quem deveria realizar o processo licitatório, visto que ela tem a concessão do órgão pela prefeitura. "Então o órgão de licitação da Agespisa é quem deveria ter feito processo de subconcessão", avalia.

Outra denúncia diz respeito ao fato de que Teresina não é mais a detentora total a titularidade do saneamento, porque faz parte de uma região metropolitana de serviços públicos. "Então a titularidade, que define a diretriz do saneamento, é dos municípios que fazem parte da região", avalia Florentino.

A corte não aceitou o pedido porque o prazo para análise da denúncia foi curto e o relator não teve tempo para preparar o pedido formal, com justificativas plausíveis. "Achávamos que o Tribunal, em face das outras denúncias, ia analisar todo o procedimento licitatório desde o começo", lamentou o presidente do sindicato dos engenheiros.

O outro pedido de adiamento foi feito pelo advogado da empresa denunciante, a Águas do Brasil. Ele que alegou o pequeno espaço de tempo para a empresa se preparar, já que o parecer do Ministério Público de Contas se manifestou contrário à denúncia no dia 02 de março e já foi marcada a sessão para o dia 09.

A empresa queria ter tempo de levar à sessão um advogado especialista e questiona que o processo passou três meses à diretoria técnica do TCE e apenas um mês no Ministério Público de Contas.

Mesmo com esses argumentos, o pedido também foi rejeitado, após o desempate dos votos ter sido feito pelo Presidente do TCE, Olavo Rebelo, que decidiu manter a sessão. Algum tempo depois, após um princípio de tumulto, a reunião foi suspensa por cinco minutos, mas retomada em seguida.

Estão presentes na sessão o secretário de Administração, Franzé Silva, o secretário de Planejamento, Antonio Neto, o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles e o secretário de Governo, Merlong Solano, além dos funcionários da Agespisa.

Por: Nayara Felizardo e Ithyara Borges

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/agespisa-pedidos-de-adiamento-sao-negados-e-sessao-no-tce-continua-294940.html>

Subconcessão: final eletrizante

Arimatéia Azevedo | 10 de Março de 2017



O desfecho da análise do processo licitatório da subconcessão dos serviços de água e saneamento em Teresina deverá ser o de uma nova oferta comercial, mas com possibilidade de mudança no resultado que até aqui favorece a empresa Aegea Saneamento, que venceu num critério técnico contestado pelos demais correntes. O critério é o atestado de competência técnica da companhia para operar sistemas de abastecimento e saneamento. O atestado refere-se na uma cidade mato-grossense de Santa Carmen, com 4,3 mil moradores. O voto do relator, conselheiro Kennedy Barros foi do tipo um no prego outro na ferradura: mantém o atestado técnico que favorece a empresa Aegea, mas propõe nova proposta comercial. Os conselheiros Lilian Martins, Walthania Alvarenga e Abelardo Pio Vilanova votaram pela anulação do atestado técnico de Santa Marta e pela apresentação de nova proposta comercial pelos concorrentes, ou seja, seguiram parcialmente o voto do relator Kennedy Barros. O conselheiro substituto Jailson Campelo foi para seguir com a licitação, desconsiderando qualquer alteração – é, portanto, voto vencido. Neste cenário, independentemente do voto de Luciano Nunes, que pediu vista, o placar aponta para um desfecho que poderá tirar da Aegea a vitória na subconcessão. Isso porque, esta empresa venceu no critério técnico, com uma proposta comercial R\$ 25 milhões menor que a segunda colocada. Caso Luciano Nunes vote, conforme anunciou, com os três conselheiros, o placar será de 4 a 1 e a licitação terá um capítulo final eletrizante.

Link: <https://www.portalaz.com.br/arimateia/2017-03-10>

Conselheiro do TCE vota pela reabertura da licitação da subconcessão da Agespisa

Luciano Nunes pediu vista do processo

Por Valeria Amorim (Do plenário TCE), Adriana Oliveira e Rayanna Mousinho (Da Redação) | 9 de Março de 2017, 10:56



(Atualizada às 14h50)

“Diante das novas informações trazidas pela equipe técnica é possível perceber vários pontos de convergência, tais como de não está diante da nulidade do certame. Bem como também não é o caso do TCE perceber erros nos relatórios técnicos. Pelas considerações voto pela procedência da denuncia voto pela reabertura do certame para que em três dias os candidatos possam concorrer.

O conselheiro Jailson Campelo julgou a denuncia improcedente. “Não é razoável que depois de 1 ano o TCE identifique falhas. A administração não pode ser refém da fiscalização. Não há em que falar na nulidade do edital, o edital precisava de aperfeiçoamento, sem dúvida que sim. Mas o tempo de disso já passou. Julgo improcedente a denuncia”, afirmou

As conselheira Lílian Martins e a conselheira Valtânea também acompanharam o voto do relator.

A sessão foi suspensa e irá reiniciar nesta sexta-feira(10) às 9horas. O Conselheiro Luciano Nunes usou a palavra após o final da sessão e afirmou que poderia retirar o pedido de vista, mas que não o faria para garantir maior transparência no processo. “O TCE sairá maior desse processo”, comentou.

Em meio a discussão conselheiro anuncia pedido de vista para adiar julgamento

(Atualizada às 12h23)

O julgamento segue, mesmo com o conselheiro Luciano Nunes, anunciando que pedirá vista depois da discursão que ocorre no pleno. O relator, Kennedy Barros, irá votar e os demais devem decidir se seguem ou não o voto do relator.



Conselheiro Luciano Nunes

Na prática, como o conselheiro Luciano Nunes já adiantou que pedirá vista o julgamento não irá se encerrar nesta quinta-feira (9), a menos que ao final da discursão Nunes retire o pedido.

Houve um acirramento nos debates e alguns conselheiros se retiraram do plenário, portanto sem quórum. Luciano Nunes pediu vista por ser um caso de grande complexidade. Depois de alguns minutos de suspensão a sessão retornou. O advogado do grupo Águas do Brasil usou a palavra, seguido do procurador do Estado, Plínio Clerto e depois um representante da Aegea.

O advogado da empresa Águas do Brasil, Sílvio Moura Fé, afirmou que do jeito que está, o processo de licitação é nula.



Sílvio Moura Fé - advogado do Grupo Águas do Brasil

“Esse recurso não foi devidamente processado e levado à consideração da autoridade superior. Além disso, esse recurso que deveria ser revisto, deveria tratar dos atestados que o setor técnico analisou. Ou seja, para a Águas do Brasil, não houve valoração de pontos para atestado. E para as outras duas concorrentes, deram nota máxima, para atestados que são inválidos e não representam nem 1% da capacidade de Teresina. Então do jeito que esta o processo é nulo”, afirmou.

O presidente do sindicato dos engenheiros, Florentino Sousa, também está presente na sessão e defende que seja anulado todo o processo. Segundo ele não pode haver a licitação com esse atual cenário.

“A gente considera totalmente irregular e ilegal esse procedimento, Ele passa a ser viciado, desde o seu nascimento. Até a própria Lei nos consideramos inconstitucional. Porque trata de uma autorização do município de Teresina e o município, no nosso entendimento, não é detentor sozinho da titularidade do saneamento”, explicou.

Ele explica ainda o que levou a ser feito a denuncia contra a licitação. “O fato primordial é que a Lei municipal autoriza o ente do Estado a defender a subconcessão. E não pode. Quem pode fazer a subconcessão seria só a Agespisa. Então esse processo licitatório só poderia ser feito pela própria Agespisa e pelo próprio órgão de licitação da Agespisa”, explicou.

Conselheiro e representantes da empresa pedem adiamento mas pleno decide manter julgamento

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) iniciou o julgamento do parecer do procurador do Ministério Público de Contas, que recomenda que Governo reabra proposta de preço da licitação da subconcessão da Agespisa.



Antes do julgamento houve um impasse, o conselheiro Jackson Nobre Veras pediu para que o julgamento fosse suspenso até que a nova denúncia, ingressada pelo Sindicato dos Engenheiros do Piauí (Senge) para suspender a licitação de subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Agespisa para uma empresa privada.

O conselheiro queria mais tempo para analisar a nova denúncia.

Além disso, a empresa Águas do Brasil também pediu adiamento da sessão devido a ausência do advogado que é de outro Estado e não estava no momento. Ambas foram derrubadas.



Estão presentes na sessão, os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles; Administração Franze Silva; de Governo, Merlong Solano e o procurador geral do Estado, Plínio Clerton. O relator do processo é o conselheiro Kennedy Barros.

Denúncia

De acordo com a denúncia apresentada pelo Grupo Águas do Brasil ao Tribunal de Contas do Estado, o edital para a subconcessão na Agespisa pedia a apresentação de um atestado técnico que comprovasse a experiência da licitante na gestão e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água com nível de perda global de água igual ou menor a 25%.

Segundo o edital, o critério seria avaliado por meio da apresentação de "atestado técnico". A Águas do Brasil, apresentou o relatório referente ao município de Petrópolis no Rio de Janeiro, onde opera. Mas a Comissão não o levou em conta preferindo as informações contidas no Serviço Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), onde as perdas do referido município chegam a 32,01%.

A irregularidade, segundo o diretor João Luiz Siqueira Queiroz, teria acontecido nesse critério, já que para as demais, (Consórcio Poti e Aegea), a comissão utilizou apenas o atestado de perdas fornecidos pelas licitantes.

Pela mesma metodologia empregada pela Comissão, com base no SNIS, para chegar ao indicador a que chegou para Petrópolis (32,01%), a Comissão chegaria, respectivamente, aos indicadores de perda de 28,48% para o atestado de Campo Grande (Aegea) e 31,61% para o atestado de Santa Carmém. Todas com perdas superiores aos 25% pedidos no edital.

Para o diretor da Águas do Brasil a comissão aplicou 'dois pesos e duas medidas' no critério de julgamento.

Relatório aponta novo vencedor

O relatório da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de engenharia do Tribunal de Contas do Estado aparentemente, recomenda a suspensão dos atestados técnicos, indicando alteração no resultado final da licitação em que saiu vencedora a Aegea.

Caso o Tribunal Pleno do TCE aceite o parecer a segunda colocada no certame, Águas do Brasil deverá ser considerada a vencedora do processo licitatório.

A análise da denúncia apresentada pelo grupo Águas do Brasil finalizada no dia seis de fevereiro indica que é "prudente que haja nova apreciação das razões recurso acerca do Resultado da Proposta Técnica". Para os técnicos há incompatibilidade no atestado do município de Santa Carmem apresentado pela Aegea.

"Um atestado técnico para um sistema que atende cerca de 4 mil habitantes (0,5% da população de Teresina) se presta para avaliação de qualquer tipo de parâmetro exigido na proposta técnica?", indaga.

Os técnicos dão como exemplo: "Uma empresa pode edificar uma casa. Mas ela estará apta para, em termos de gestão e de coordenação de pessoal e equipamentos (logística) a executar um loteamento com cinco mil casas?... a quantidade medida na construção de uma casa seria a mesma para a construção de cinco mil casas?"

Ainda no relatório os técnicos concluem que o atestado referente ao Município de Santa Carmem, apresentado pela empresa vencedora, seja desconsiderado para fins de pontuação técnica por não possuir correlação com o objeto da subconcessão e não apresentar a vantagem técnica buscada na licitação.

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado e foi encaminhado para parecer do Ministério Público de Contas.

Parecer do MPC

No relatório, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente Ramos Neto conclui pela procedência parcial da denúncia de irregularidades no processo, feita pela empresa Águas do Brasil, uma das concorrentes, sem, no entanto, potencial lesivo para anular todo o processo. Ele explica que questionamento feito pela empresa quanto à proposta de preço deveria ter sido acatado e analisado pela Comissão de Licitação antes da abertura dos envelopes, procedimento não adotado pela Comissão.

Plínio opina pela legalidade da proposta técnica e recomenda que a Secretaria Estadual de Administração e Previdência (SeadPrev), responsável pela licitação, reabra o certame na fase das propostas comerciais e dê três dias para que os concorrentes apresentem nova propostas de preço. "Recomenda-se ao gestor, nos termos do art. 71, IX e X da Constituição Federal, que reabra o certame na fase imediatamente posterior ao julgamento das propostas técnicas, para que em 03 (três) dias os concorrentes ofereçam novas propostas comerciais, e em seguida prossiga o julgamento, mantendo a decisão da Comissão Especial de Licitação no que se refere às notas técnicas e habilitação", diz o relatório.

Plínio observa ainda no parecer que eventuais vícios verificados na fase das propostas técnicas e de habilitação não tiveram potencial para comprometer a legalidade do processo porque nenhuma das empresas apresentou reclamação no tempo devido – ou seja, antes da análise e divulgação dos resultados. Na linguagem jurídica, houve preclusão no caso em questão, ou perda do objeto.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/391551/conselheiro-do-tce-vota-pela-reabertura-da-licitacao-da-subconcessao-da-agespi>

Promotor vai ingressar com processo contra prefeito Mão Santa

O promotor Antenor Filgueiras vai ingressar com ação por improbidade administrativa, após o prefeito descumprir determinação do Tribunal de Contas e realizar várias contratações sem licitação.

BÁRBARA RODRIGUES

09/03/2017 @ 21h27 - atualizado @ 21h28

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O promotor Antenor Filgueiras, da 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba, afirmou ao **GPI** que vai ingressar com ação civil pública por improbidade administrativa contra o prefeito de Parnaíba, Mão Santa. O **gestor tem descumprido recomendação do Ministério Público e determinação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí** (TCE-PI) referente a contratos sem licitação.

Após assumir o comando da prefeitura de Parnaíba em janeiro deste ano, Mão Santa publicou decreto declarando situação de emergência no município. O decreto de emergência permite, por exemplo, que o prefeito realize contratos sem licitação. Só que no dia 26 de janeiro o **TCE rejeitou 15 decretos, entre eles o de Parnaíba**. O próprio Ministério Público, por meio do promotor Antenor Filgueiras, **expediu recomendação determinando que Mão Santa se abstenha de realizar contratos sem licitação** que não se enquadre na lei.

Mesmo assim, o prefeito tem feito várias contratações sem licitação usando como justificativa a situação de emergência. Recentemente ele **contratou por R\$ 692.918,42 a empresa Geoplan – Consultoria, Planejamento e Serviços LTDA**, para prestação de serviços de manutenção de iluminação pública. Também fez um **contrato de três meses no valor de R\$ 300.900 mil com a pensão Cidade Verde**.

Ao **GPI** o promotor Antenor Filgueiras afirmou que está ciente que o prefeito não tem atendido a recomendação. “Sim isso é verdade. Olha, eu tenho algumas ações contra a atual gestão, inclusive no período eleitoral também. Como algumas situações estão em segredo de Justiça eu prefiro me resguardar para não me posicionar perante o público, mas pode ter certeza que as atitudes estão sendo tomadas. A gente está carreando provas para os autos para que poder entrar com uma ação. A ação civil pública de improbidade administrativa vai acontecer, o que eu posso dizer é isso”, explicou.

Ele disse que ainda não há uma previsão sobre quando vai ingressar com a ação, pois está colhendo todas as provas contra o prefeito. “Em relação a todos os atos ímprobos, nós vamos entrar com a ação. Só que eu preparo muito bem as minhas ações para poder ter êxito, mas estamos sabendo de tudo. Estamos em contato permanente com a Procuradoria-Geral de Justiça de Teresina, com o Procurador Federal também, a Corregedoria e o Gaeco também já estão sabendo. É como eu disse, nós estamos trabalhando para ter êxito”, afirmou.

TCE

A assessoria de comunicação do TCE informou que a determinação é que os prefeitos não usem os decretos de emergências para justificarem a realização de contratos sem licitação. Explicou ainda que todas as licitações serão analisadas, mas não sabendo informar se será de forma separada ou somente no julgamento da prestação de contas.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/promotor-vai-ingressar-com-processo-contra-prefeito-mao-santa-410505.html>

TCE adia julgamento de denúncia contra subconcessão da Agespisa

O Tribunal de Contas determinou que o Governo apenas realizasse a contratação da empresa após o julgamento da denúncia.

BÁRBARA RODRIGUES

09/03/2017 @ 15h36 - atualizado @ 15h37

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O julgamento da denúncia contra licitação para a subconcessão da Agespisa, que iniciou na manhã desta quinta-feira (09), no Tribunal de Contas do Estado, foi adiado após pedido de vistas do Conselheiro Luciano Nunes, que agora tem o prazo de duas semanas para apresentar o seu voto.

O relator do processo, Conselheiro Kennedy Barros, votou pela procedência parcial do relatório do Ministério Público de Contas, aprovando a nota de qualificação técnica, mas determinando que seja feita uma nova proposta comercial.

O Conselheiro Jaylson Campelo votou pela rejeição da denúncia e aprovação da proposta completa e os Conselheiros Lílian Martins, Abelardo Vilanova e Waltânia Maria acataram o voto do relator, mas propuseram que seja rejeitada a nota de qualificação técnica.

Entenda o caso

O Governo do Estado do Piauí iniciou em 2016 o processo de subconcessão dos serviços da Agespisa com a realização de uma licitação para contratação de empresa por um período de 31 anos, que terá que **investir R\$ 1,7 bilhão em esgotamento e abastecimento d'água na zona urbana de Teresina.**

A licitação teve a participação da Águas do Brasil, da Aegea Saneamento e do consórcio Poti. Antes do processo licitatório ser finalizado, a Águas do Brasil ingressou no TCE com uma denúncia alegando que a licitação estava sendo realizada com o objetivo de beneficiar as demais empresas, principalmente a Aegea.

Em dezembro, o Governo anunciou a Aegea como a empresa vencedora da licitação, mas o Tribunal de Contas determinou que o Governo apenas realizasse a **contratação da empresa após o julgamento da denúncia.**

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-adia-julgamento-de-denuncia-contra-subconcessao-da-agespisa-410514.html>

Wellington diz que confia no TCE sobre subconcessão da Agespisa

“Confio no Tribunal de Contas. Qualquer que seja o resultado ele é bom. Ruim é não ter a decisão. Se Deus quiser teremos a apreciação. A decisão que sair de lá é que o Estado vai cumprir”, disse Dias.

GERMANA CHAVES

09/03/2017 @ 11h16 - atualizado @ 11h18

f Compartilhe no Facebook

🐦 Compartilhe no Twitter

g+ Compartilhe no Google+

✉ Enviar por E-mail

+ Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) decide nesta quinta-feira (09) se mantém o tão polêmico processo de licitação da **subconcessão dos serviços da Agespisa**. O governador do Estado, Wellington Dias (PT) afirmou, durante solenidade no Palácio de Karnak, que confia na decisão do Tribunal de Contas.

“Confio no Tribunal de Contas. Qualquer que seja o resultado ele é bom. Ruim é não ter a decisão. Se Deus quiser teremos a apreciação. A decisão que sair de lá é que o Estado vai cumprir”, disse o governador.

Foto: Lucas Dias/GP1



Governador Wellington Dias

Participaram do certame licitatório as empresas Águas do Brasil S/A, Consórcio Poti e Aegea Saneamento que foi declarada pelo Governo do Estado, como vencedora.

Contudo, a Águas do Brasil S/A ingressou com denúncia junto ao TCE alegando que a licitação estava sendo realizada com objetivo de beneficiar as outras empresas, sobretudo, a Aegea.

Com isso, o processo de contratação e início dos serviços em Teresina estão paralisados. Se não forem constatadas irregularidades, o Governo deverá contratar a empresa vencedora que ficará responsável pelo **abastecimento e saneamento da Capital** ainda este semestre.

A contratação será pelo período de 31 anos e a empresa vencedora será obrigada a investir R\$ 1,7 bilhão.

Tribunal de Contas aplica multa ao prefeito Marcos Aurélio

No julgamento foram analisadas algumas irregularidades encontradas, como a ausência de informação de saldo de conta bancária, fragmentação de despesas e débitos com a Eletrobras e Agespisa.

BÁRBARA RODRIGUES

09/03/2017 © 09h30 - atualizado © 09h34

 Compartilhe no Facebook	 Compartilhe no Twitter	 Compartilhe no Google+	 Enviar por E-mail	 Mais opções
---	--	--	---	---

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação de contas da prefeitura de Eliseu Martins referente ao exercício financeiro de 2014 e determinou a aplicação de multa ao prefeito Marcos Aurélio Guimarães de Araújo, mais conhecido como Dr. Marcos.

No julgamento foram analisadas algumas irregularidades encontradas, como a ausência de informação de saldo de conta bancária, fragmentação de despesas, débitos com a Eletrobras e Agespisa, contabilização irregular de serviços contábeis na função educação, irregularidades na contratação de pessoal, pagamento de juros por atraso no recolhimento de INSS e baixo valor da arrecadação da receita de IPTU.

Na sua defesa afirmou que “em nenhum momento o mesmo teve intenção de lesar o erário, nem mesmo incorreu em grave infração. Não se observa, em relação ao ora justificante, nenhuma irregularidade que possa efetivamente conduzir à aplicação de sanção tão drástica, como a desaprovação de suas contas, a qual influenciará diretamente na vida política”.

O conselheiro Delano Câmara, relator do processo, apresentou parecer pela reprovação das contas, mas os demais conselheiros decidiram que as falhas encontradas não ensejam a reprovação. As contas foram então aprovadas com ressalvas e foi aplicada multa ao prefeito Marcos Aurélio no valor correspondente a 1.500 UFR-PI a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC) no prazo de 30 dias após o trânsito em julgado. A decisão é do dia 14 de fevereiro.

TCE julga procedente representação contra prefeito Hélio Rodrigues

A conselheira ainda determinou que a decisão seja apensada nos autos no processo de prestação de contas do município de Hugo Napoleão, exercício financeiro de 2016.

BÁRBARA RODRIGUES

09/03/2017 © 08h28 - atualizado © 08h29

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

A conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Waltânia Alvarenga, em decisão monocrática no dia 13 de fevereiro, julgou procedente representação contra o prefeito de Hugo Napoleão, Hélio Rodrigues Alves.

O Ministério Público de Contas ingressou com representação em virtude da não prestação de contas mensal do exercício de 2016, referente ao Sagres Contábil, Sagres Folha e Documentação Web. Em decisão do dia 3 de novembro, foi determinado o bloqueio das contas da prefeitura de Hugo Napoleão.

Antes das contas serem bloqueadas, o prefeito apresentou a prestação de contas e dessa forma não foi necessário o bloqueio. Apesar da apresentação da documentação, a conselheira Waltânia Alvarenga afirmou que isso não tira a responsabilidade do prefeito de apresentar a documentação no tempo exigido por lei.

“Verifica-se que os dados constantes dos autos não deixam dúvidas quanto ao atraso do responsável no dever de prestar contas dos recursos recebidos, só tendo havido a regularização da prestação de contas com grande atraso e diante da iminência de bloqueio das contas por determinação deste Tribunal”, afirmou a conselheira na decisão.

A conselheira ainda determinou que a decisão seja apensada nos autos no processo de prestação de contas do município de Hugo Napoleão, exercício financeiro de 2016.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-julga-procedente-representacao-contra-prefeito-helio-rodrigues-410432.html>

Subconcessão da Agespisa: conselheiros votam para que seja feita nova proposta comercial

O conselheiro Luciano Nunes pediu vistas do relatório e, caso seja aceito, a matéria volta para o plenário em até duas semanas



Plenário do Tribunal de Contas do Pia (Foto: Jéssica Kamila/OitoMeia)

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Pia (TCE-PI) votaram para que as três empresas que disputam a licitação da subconcessão da Agespisa, apresentem uma nova proposta comercial. Onico que não votou foi o conselheiro Luciano Nunes, que pediu vistas do relatório apresentado, e terá até duas semanas para apresentar seu parecer.

O relator do processo foi o conselheiro Kennedy Barros. Ele decidiu por acatar parcialmente o parecer apresentado pelo Ministério Público de Contas de que seja reaberta uma nova proposta comercial.

O secretário de Administrao, Franzé Silva, afirmou que o governo irá acatar qualquer decisão tomada pelo TCE-PI. "Eu acredito que a gente voltou a estaca zero, algo que só prejudica a populao piauiense que necessita desse serviço. O governador já deixou bem claro que o governo vai acatar qualquer decisão do Tribunal. Mas a populao de Teresina continua sem saída para a questão de abastecimento de água e esgoto. Não é uma questão de dizer se o Tribunal está certo ou errado, apenas que se essa decisão for mantida na próxima sessão descaracteriza a licitao e zera todo o esforço que nós estávamos fazendo", falou o secretário.



Secretários participam de julgamento da subconcessão da Agespisa (Foto: Jéssica Kamila/OitoMeia)

PEDIDO DE ADIAMENTO NEGADO

O julgamento aconteceu nesta quinta-feira (09/03) no plenário do Tribunal de Contas do Estado. O advogado Sílvio Moura Fé, da empresa denunciante Águas do Brasil, chegou a pedir um adiamento do julgamento por sete dias, mas o pedido foi negado com o voto de desempate do presidente do Tribunal, o conselheiro Olavo Rebelo.

O Ministério Público de Contas deu seu parecer através do procurador, Plínio Valente, que recomendou a volta para a proposta comercial das empresas. "O Tribunal não pode

fazer re-pontuação. Nós entendemos que há irregularidades mas que podem ser resolvidas se voltarem para fase de proposta comercial e técnica. Não há o caso de nulidade do certame", disse ele em seu discurso.

Leia também: Nova denúncia no TCE aponta que subconcessão descumpre ADIN do STF

Subconcessão da Agespisa é discutida na Alepi com protestos dos servidores

Governador visita TCE-PI e pede pressa no julgamento da subconcessão da Agespisa

O relatório da equipe de engenharia também reconheceu equívoco no julgamento de aceitabilidade de capacidade técnica da empresa vencedora Aegea, e quer nulidade para que as empresas apresentem novas propostas.

O conselheiro Luciano Nunes pediu vistas do relatório e, caso seja aceito, a matéria volta para o plenário em até duas semanas. O representante da Procuradoria Geral do Piauí defende que a decisão seja tomada ainda hoje. O julgamento contou, com a presença dos secretários, Franzé Silva, Merlong Solano, Rafael Fonteles e representantes das empresas e equipes de engenheiros, além de representantes dos servidores da Agespisa.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/03/09/subconcessao-da-agespisa-julgamento-no-tce-segue-indefinido-com-pedido-de-vistas/>

DEMORADO

JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TIRA 37 PROCESSOS DE PAUTA NO TCE

ADVOGADOS QUE AGUARDAVAM JULGAMENTO DE OUTROS PROCESSOS FORAM LIBERADOS PELOS CONSELHEIROS E TERÃO QUE VOLTAR EM NOVAS DATAS

10/03/2017 09:35 - Atualizado em 10/03/2017 09:55



Dia foi apenas para licitação da Agespisa (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

O longo julgamento da polêmica licitação da subconcessão da Agespisa tirou 37 processos da pauta do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na quinta-feira (9). Advogados de algumas cidades do interior que foram ao tribunal terão que voltar à capital em outras datas, quando as ações devem voltar à pauta.

Além das ações referentes às prefeituras, outros processos saíram da pauta. Um deles foi o julgamento das contas do deputado estadual Themístocles Filho (PMDB) como presidente da Assembleia Legislativa. O parecer do Ministério Público de Contas é pela reprovação.

O deputado federal Átila Lira era outro que tinha contas previstas para serem julgadas na quinta, também com parecer pela reprovação. O julgamento da licitação da subconcessão da Agespisa durou mais de sete horas e só terminou às 15h. Com o pedido de vista do conselheiro Luciano Nunes, o resultado final foi adiado.

Na votação de ontem, a maioria dos conselheiros optou por reabrir a fase das propostas comerciais e desconsiderar os atestados técnicos. Se eles mantiverem o voto, a decisão parcial não mudará, mesmo que Luciano Nunes se posicione de forma diferente.

Link: <http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/julgamento-da-licitacao-tira-37-processos-de-pauta-no-tce1489150002-7649.html>

TROPA DE CHOQUE DO GOVERNO NO TCE

QUATRO SECRETÁRIOS ESTADUAIS ACOMPANHARAM DA PRIMEIRA FILA A SESSÃO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DA SUBCONCESSÃO DA AGESPISA NO TRIBUNAL DE CONTAS

09/03/2017 17:31 - Atualizado em 09/03/2017 17:44



Secretários acompanharam sessão no TCE (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

O governo do Estado mandou quatro secretários para acompanhar, da primeira fileira de cadeiras, a sessão de julgamento da licitação da subconcessão da Agespisa nesta quinta-feira (9) no TCE. Franzé Silva da Administração, Rafael Fonteles da Fazenda, Antônio Neto do Planejamento e Merlong Solano de Governo, acompanharam cada passo atentamente.

Nos últimos dias, a pressão governamental para que o TCE confirmasse o atual resultado da licitação – que tem a Aegea Saneamento como vencedora – foi intensa. Conselheiros foram visitados por pessoas do governo, conforme alguns dos próprios membros da Corte de Contas disseram nesta quinta-feira (9) durante e depois do julgamento.

Após o resultado [que ainda não é o final devido ao pedido de vista do conselheiro Luciano Nunes], de reabrir as propostas comerciais e desconsiderar os atestados técnicos apresentados pelas empresas, o secretário Franzé tentou argumentar com alguns conselheiros.

Em conversa com a conselheira Waltânia Alvarenga, ele mostrava insatisfação com o resultado tomado pelo TCE e tentava convencê-la de que a anulação dos atestados inviabilizava a parte técnica e comprometia todo o processo licitatório.

Com o pedido de vista, Luciano Nunes terá duas semanas para devolver o processo e o julgamento ser concluído. Até lá, os conselheiros que votaram podem mudar o voto.

Link: <http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/tropa-de-choque-do-governo-no-tce1489091884-7644.html>

'TCE vai mudar regras de licitação a partir de agora?', alerta Franzé Silva

f Curtir 0

Tweet

G+1 0

Compartilhar



Se prevalecer no Tribunal de Contas do Estado o entendimento apresentado pela maioria dos conselheiros na sessão plenária desta quinta-feira (09/03), de invalidar parâmetros técnicos usados para aferir notas técnicas às licitantes da subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina, o secretário Franzé Silva alerta que a Legislação de Licitação estará sob questionamento.

"O Tribunal de Contas do Estado do Piauí vai mudar regras de licitação a partir de agora? Toda vez que a empresa se sentir prejudicada vai vir ao tribunal e pedir mudança no ponto do edital que lhe desfavorece. Esse é o resultado que encontramos aqui. É uma situação que,

se aberto precedente, vira jurisprudência e coloca toda a legislação de licitação sob questionamento", disse, logo após o término da sessão que demorou quase 5 horas.

Alerta que, a intenção não é dizer se o tribunal está certo ou errado, mas Franzé entende que assim, a licitação ficaria descaracterizada, e se arrisca a dizer que assim, o certame se tornaria um leilão, onde apenas as propostas comerciais prevaleceriam.

- Da esquerda para direita, o procurador do Estado Plínio Clérton Filho, secretário Franzé Silva e secretário Merlong Solano



- Secretário lamenta que licitação deve 'voltar à estaca zero'

- Para conselheiro do TCE, tempo de questionar o edital passou

Licitação deve voltar ao zero - 09/03/2017 às 17h59

Agespisa: Para conselheiro do TCE, tempo de questionar o edital passou

 Curtir 0

 Tweet

 G+1 0

 Compartilhar  

O manual para quem quer vencer na vida



Kennedy Barros
Conselheiro do Tribunal de Contas

O conselheiro Kennedy Barros, relator do processo que analisa denúncia contra a subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina, comentou sobre os três votos no plenário do Tribunal de Contas do Estado que defendem a nulidade das certidões de cálculo de perdas para a avaliação técnica das empresas licitantes.

Para ele, se eliminado o valor das certidões, anula-se um critério de classificação. "Entendo que uma vez a licitação iniciada, tem que seguir o edital", diz.

Entende que adentrar na questão das propostas técnicas, é fazer juízo de valor

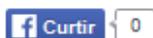
subjetivo, se valendo de critério que não está no edital, e que por isso segue o Ministério Público de Contas ao entender que o processo só deve ser refeito a partir da fase de propostas comerciais.

Menciona ainda que, só agora um ano depois de lançado o edital, é que este esteja sendo questionado. "Houve tempo para se impugnar, e não se impugnou", destaca, ao ressaltar ainda que o instrumento convocatório possui falhas, e que o próprio tribunal poderia neste sentido ajudado a própria secretaria de Administração na correção de pontos que deixam brechas aos questionamentos.

- Secretário lamenta que licitação deve voltar à estaca zero

Secretário lamenta que licitação deve 'voltar à estaca zero'

Subconcessão da Agespisa: sub judice, processo licitatório deve voltar às fases iniciais



Por Apoliana Oliveira

Três dos cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado que até agora votaram no julgamento da denúncia apresentada pela empresa Águas do Brasil, questionando a licitação para subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina, se manifestaram pelo retorno do certame à fase de propostas de preços, e anulação de um dos critérios usados para aferição de nota técnica às empresas. A votação só será concluída após o voto do conselheiro Luciano

Nunes, que pediu vistas no processo.

Para o secretário de Administração e Previdência Franzé Silva, cuja pasta conduz a licitação através da Superintendência de Parcerias e Concessões (Suparc), se esta maioria se manter, seria voltar o processo à estaca zero, tendo a população como o maior prejudicada em meio ao excesso de judicialização.

"A questão é que a regra do jogo não pode ser mudada durante seu andamento. A decisão final sugerida pela conselheira Lílian [Martins] diverge do voto do relator, que mantinha as regras do edital, mas mandava reabrir as propostas comerciais por entender que houve ali cerceamento de um questionamento feito anteriormente. Esta situação de voto apresentado [por Lílian], pede para retirar critério técnico, que está no edital inicial", alega.

- O procurador do Estado Plínio Clêrton Filho, secretário Franzé Silva e secretário Merlong Solano



Franzé diz ainda que assim, toda a possibilidade da solução de água e esgoto, entra numa regra que vai parar na justiça novamente. "Acredito que voltamos à estaca zero, e o maior prejudicado de todo esse processo não é o Governo do Estado, não são as empresas que estão na licitação, será a população de Teresina. O resultado disso é que não vai ter nenhum atendimento à população de Teresina no próximo ano, ou neste ano. Concretamente é isso: a população continua sem saída para a questão do abastecimento de água e esgoto. Zera todo o esforço que estávamos fazendo", diz.

- Agespisa: conselheiro do TCE-PI pede vistas em processo

- 'TCE vai mudar regras de licitação a partir de agora?', alerta Franzé

- Para conselheiro do TCE, tempo de questionar o edital passou

O voto de Lílian Martins, que foi acompanhado pelos conselheiros Waltânia Alvarenga e Abelardo Pio Vilanova, diverge em partes do voto do conselheiro relator Kennedy Barros. Ele, apesar de entender a necessidade de retornar à fase de propostas de preços para sanar vícios apontados pela Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Dfeng), e em consonância com o parecer do Ministério Público de Contas, defende que não seria razoável, depois de um ano e meio, apontar defeitos no edital.

"Não há dúvidas de que o edital poderia ser outro", pondera. Diz ainda que ficou comprovada falha da comissão de licitação, conforme denúncia apresentada pela licitante, de que recurso interposto não fora submetido à autoridade superior, no caso o secretário de Administração. Pondera, contudo, "que a pretensão da denunciante, o que consta no recurso, já foi analisado".

Além de contestar atestados apresentados pelas empresas Aegea e Consórcio Poty, primeira e terceira colocadas na licitação, a Águas do Brasil também argumenta que teve seu direito à competição restringido. "Para a empresa não houve valoração do atestado, e para as outras duas empresas deram nota máxima, para atestados que são inválidos, e não representam nem um por cento da capacidade de Teresina. Então, se não há capacidade técnica, não pode haver pontuação. Apenas o que estamos questionando é o tratamento isonômico, pois do jeito que está o processo é nulo", diz o advogado Sílvio Moura Fé, que representa a empresa denunciante.

- Advogado da empresa Águas do Brasil diz que empresa teve direito de isonomia cerceado



Ele se refere ao chamado cálculo de perdas, atestado que comprove a experiência da licitante na gestão e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água, com nível de perda global de água igual ou menor a 25%. Neste caso a Aegea apresentou atestado referente ao município de Santa Carmem (MT), com população de 4.326 habitantes, cerca de 0,5% da população de Teresina, contestado pela Águas do Brasil. Lillian Martins entendeu que não há razoabilidade para a valoração do atestado e sugeriu, valendo para as três licitantes, a nulidade do documento que é um dos três critérios técnicos adotados pela comissão.

- Conselheira Lillian Martins divergiu do voto do relator, o conselheiro Kennedy Barros, à direita

- Conselheira Lílian Martins divergiu do voto do relator, o conselheiro Kennedy Barros, à direita



Em contrapartida, a Águas do Brasil apresentou atestado do município de Petrópolis, onde mesmo atendendo uma população bem maior, a empresa não conseguiu atender ao índice de até 25% em perdas, descumprindo parâmetro previsto no edital.

"Concordo com a fala de todos os conselheiros, o edital pode não ser o melhor edital, mas era o edital. Então, quando é lançado tem fase de contestação, e nenhuma das empresas aqui contestou o edital", diz Franzé Silva, completando ainda que a empresa só recorreu porque perdeu, pois "se tivesse ganho, não teria resolvido".

- Com protestos, audiência debate subconcessão da Agespisa em THE

- Procurador do MPC 'mantém' licitação e valida atestados das empresas

- Governo perde R\$ 284 milhões em investimento no sistema de água

Apreciação de preliminares

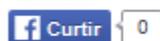
O julgamento por dois momentos quase foi adiado. Primeiro em razão de denúncia apresentada ontem pelo Sindicato dos Engenheiros, que questiona a titularidade da concessão e alega que a licitação não poderia ser feita pelo Estado, e sim pelo órgão de licitação da própria Agespisa.

Depois, os conselheiros apreciaram pedido formulado pela Águas do Brasil, pedindo adiamento para possibilitar a manifestação de um advogado especialista. Após empate entre os conselheiros, o presidente do TCE conselheiro Olavo Rebelo, decidiu por seguir com o julgamento na data de hoje.

Julgamento segue - 09/03/2017 às 12h01

Agespisa: conselheiro do TCE-PI pede vistas em processo

Secretaria de Administração do Piauí insiste pela legalidade dos procedimentos adotados



Por Apoliana Oliveira

Direto do TCE-PI

O conselheiro do Tribunal de Contas de Estado do Piauí, Luciano Nunes, pediu vistas do processo que analisa a denúncia da empresa Águas do [Brasil](#) contra a licitação de subconcessão dos serviços de água e esgoto em Teresina.

O julgamento, que ainda segue, se dá neste [momento](#) com a manifestação das partes. A defesa da empresa Águas do Brasil alega que os vícios apontados na

denúncia precisam ser analisados além da proposta de preço.

Já a Secretaria de Administração do Piauí, através da Procuradoria Geral do Estado, insiste pela legalidade dos procedimentos até agora adotados, e que o tribunal decida pelo indeferimento da denúncia.

A expectativa é que o voto do relator, conselheiro Kennedy Barros, seja apresentado ainda nesta quinta-feira (09/03), mas ainda assim, o julgamento seguirá em aberto, aguardando voto vista de Luciano Nunes.

O julgamento por dois [momentos](#) quase foi adiado. Primeiro em razão de denúncia apresentada ontem pelo Sindicato dos Engenheiros, que questiona a titularidade da concessão e alega que a licitação não poderia ser feita pelo Estado, e sim pelo órgão de licitação da própria Agespisa.

Depois, os conselheiros apreciaram pedido formulado pela Águas do Brasil, pedindo adiamento para possibilitar a manifestação de um advogado especialista. Após empate entre os conselheiros, o presidente do TCE conselheiro Olavo Rebelo, decidiu por seguir com o julgamento na data de hoje.

AGUARDE MAIS INFORMAÇÕES



Link: <http://180graus.com/politica/agespisa-conselheiro-do-tcepi-pede-vistas-em-processo>